



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Ata da 41ª Sessão Ordinária da 4ª Sessão Legislativa, da 15ª Legislatura, realizada pela Câmara Municipal de Cascavel em 21 de junho de 2016, com início às nove horas e quarenta e seis minutos sob a Presidência do Vereador **GUGU BUENO**, secretariada pelo vereador **ROMULO QUINTINO** e com a presença dos vereadores: Aldonir Cabral, Celso Dal Molin, Cláudio Gaitero, Fernando Winter, Gugu Bueno, Ganso sem limite, Jaime Vasatta, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Luiz Amélio Burgarelli, Luiz Frare, Nei H. Haveroth, Paulo Porto, Pedro Martendal, Professor Paulino, Robertinho Magalhães, Romulo Quintino, Rui Capelão, Vanderlei Augusto da Silva e Walmir Severgnini. – Presidente: Sob a proteção de Deus e havendo número regimental, dou por aberta a sessão e solicito ao senhor secretário que efetue a leitura da matéria de expediente recebida pela mesa. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Projeto de lei nº 59/2016; Projeto de lei nº 60/2016; Parecer nº 100 favorável da Comissão de justiça e redação à emenda 1 ao projeto de resolução nº 3/2016; Emenda nº 1 substitutiva ao Projeto de Resolução nº 3/2016; Moção nº 5/2016; Ofício SEAJUR/ALT nº 183/2016 requer dilação de prazo para remeter informações referentes ao Requerimento nº 181/2016 da Comissão permanente de educação, cultura e desporto; Ofício SEAJUR/ALT nº 176/2016 requer dilação de prazo para remeter informações referentes ao Requerimento nº 173/2016 dos vereadores João Paulo de Lima e Walmir Severgnini; Ofício SEAJUR/ALT nº 179/2016 requer dilação de prazo para remeter informações referentes ao Requerimento nº 170/2016 do vereador Luiz Frare; Ofício SEAJUR/ALT nº 177/2016 requer dilação de prazo para remeter informações referentes ao Requerimento nº 167/2016 do vereador Paulo Porto; Ofício SEAJUR/ATL nº 181/2016 em resposta ao Requerimento nº 151/2016 da Comissão permanente de educação; Requerimento nº 212 à nº 225/2016; Indicação nº 608 à nº 640/2016; Ofício 184/2016 da Empresa Onça Construções Ltda. informando sobre o não comparecimento à sessão do dia 21/06/2016. Inscritos para o pronunciamento do grande expediente, os vereadores Luiz Frare, João Paulo de Lima, Celso Dal Molin, Paulo Porto, Professor Paulino, Pedro Martendal, Jorge Menegatti, Romulo Quintino e Cláudio Gaitero. – Presidente: Finda que está a matéria de expediente, deixo a palavra livre pra inclusão ou destaque para a ordem do dia. - Vereador João Paulo de Lima: Questão de ordem. Lamentar essa empresa Onça porque veio protocolar antes do início da sessão o pedido pra novamente adiar, desrespeitando os colegas que protocolaram pra que essa empresa pudesse se posicionar. Lamentar e parabenizar aos colegas que solicitaram pra que ela estivesse aqui hoje. Lamentável essa situação. – Presidente: Eles estiveram presentes, pediram pra vir dia 8, então acredito que dia 8 estarão aqui. **INCLUSÃO OU DESTAQUE PARA ORDEM DO DIA:** – Não houve nenhuma solicitação neste sentido. **ORDEM DO DIA:** - Presidente: Temos a segunda discussão do Projeto de lei nº 48/2016 do vereador Vanderlei Augusto da Silva que institui o Dia municipal da adoção no município de Cascavel e dá outras providências. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Vanderlei Augusto da Silva. – Vereador Vanderlei Augusto da Silva: Agradeço aos senhores vereadores por votarem favoráveis a este projeto no dia de ontem. Nós, enquanto sociedade organizada,



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

precisamos discutir sobre a adoção de crianças e adolescentes. Lembrando que temos a Lei federal 12010/2009 que regulamentou no país a adoção, que nenhuma criança ou adolescente pode ficar mais de 2 anos num abrigo ou família acolhedora. Infelizmente, em nosso país, a maioria das famílias quer adotar criança branca de até 2 anos. E como ficam as maiores? Outro problema: os grupos de irmãos. Como separar 3, 4 irmãos que perderam o vínculo com as famílias? Não tem como. Por isso muitas adoções são internacionais. Até 1990, antes do Estatuto da criança e do adolescente, as adoções eram feitas de qualquer forma. A partir do Estatuto da criança e do adolescente, houve uma mudança, e tem que ser o melhor pras crianças e adolescentes. Em Cascavel temos um programa chamado Família Acolhedora, onde mais de 280 crianças e adolescentes estão fora de suas famílias. Digo infelizmente, porque as crianças têm que estar com suas famílias, mas quando tudo já foi tentado e foram esgotadas as possibilidades, a criança precisa viver bem, e temos que ver o que é melhor pra ela. Esse projeto já existe em nível federal, estadual e agora vamos instituir o dia no município pra que a sociedade cascavelense, através das entidades, grupos de apoio à adoção, do juiz Sérgio Kreuz, que tem grande compromisso com a infância e juventude, o Conselho municipal da criança e adolescente, o promotor Luciano Machado, a secretária de assistência social Inês de Paula e a coordenadora do programa Família Acolhedora, a imprensa e a sociedade, possamos discutir a importância da criança e adolescente ter sua família... (-Um aparte) Pois não. – Vereador Cláudio Gaiteiro: Sabemos que em Cascavel é feito um grande trabalho na questão da adoção, porém, com este seu projeto, haverá um dia pra ser feita com mais intensidade essa divulgação. Com isso, ganha a comunidade, as famílias e as crianças que precisam de um lar. Cascavel está no caminho certo, seu projeto vai ter grande contribuição pra isso. Obrigado. – Vereador Vanderlei Augusto da Silva: Obrigado. Com esse projeto o Poder Público também vai assumir sua parte, porque a sociedade já está fazendo sua parte. Devemos ter a criança e adolescente como prioridade absoluta. Adotar é um ato de amor, respeito, carinho e toda criança e adolescente tem direito de ter carinho. Por isso, encerro minha fala, agradeço e peço voto favorável pra que ano que vem possamos fazer um grande evento pra comemorar esse dia. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Nei H. Haveroth: Parabenizar pela iniciativa, sabemos que já há uma lei nacional, mas em Cascavel está um pouco esquecida a questão de discutir esse problema que temos na sociedade. Algum tempo atrás tenho procurado por grupos de coordenadores através do Alexandre, que também foi uma pessoa adotada, trazendo toda problemática e a necessidade de se discutir isso na sociedade. A sua lei passa a dar uma amplitude nesse dia, comemoração que é feita já pelo programa nacional de adoção. Acho que o município só tem a ganhar com isso pra nós melhorarmos essas ações voltadas pras crianças que são abandonadas pela sociedade. Obrigado. – Vereador Vanderlei Augusto da Silva: Obrigado. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Professor Paulino: Seu projeto não só marca uma data pra falar sobre adoção, mas trás também um tema muito importante. Você disse bem, temos preconceito com crianças acima de 2 anos. Como você disse, aqueles que não são



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

brancos têm mais dificuldade de encontrar uma família. Parabenizar pela sua iniciativa, e que não seja só um dia, que a gente possa debater esse tema com a sociedade que, infelizmente, temos muitos preconceitos que precisamos derrubar. Acho bem interessante o trabalho que o promotor faz nessa Vara que têm atribuído a guarda de crianças inclusive a casais homossexuais. Obrigado. – Vereador Vanderlei Augusto da Silva: Ao longo de 6 anos e meio, quando fui conselheiro tutelar... retirar a criança da família biológica é a última coisa que o conselheiro tutelar faz. Por isso, temos que permitir que um trabalho, uma discussão seja feita e que essas crianças sejam adotadas. Como assistente social, sei da dificuldade que é, mas temos que avaliar bem a família e tem que ser o melhor pra família, pra criança, pra o adolescente e que essas crianças possam ser amadas e respeitadas no seio de sua família. Obrigado. – Presidente: Continua em discussão o projeto. Em segunda votação o Projeto de lei nº 48/2016. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. Projeto de lei nº 48/2016 aprovado em segunda votação pela totalidade dos senhores vereadores presentes. Quero convidá-los e deixar convocada já a sessão solene de entrega de título de cidadão honorário ao juiz Sérgio Kreuz, nesta Casa na sexta-feira às 19:30. - Vereador Romulo Quintino: Questão de ordem. Aproveitar pra lembrar o evento da ACAMOP que acontecerá na próxima sexta-feira, às 9:00 horas da manhã na cidade de Entre rios do oeste onde o deputado Evandro Roman vai estar falando dos avanços do oeste em relação ao trabalho de toda bancada oestina no Congresso Nacional. – Presidente: Temos agora, a segunda discussão do Projeto de Resolução nº 3/2016 de autoria da mesa diretora, que cria o anexo 1º, a Resolução nº 4, de 1975, Regimento Interno da Câmara Municipal de Cascavel, instituindo o Código de ética e decoro parlamentar. O referido projeto recebeu a emenda nº 1 da Comissão de justiça e redação corrigindo conforme alertou o vereador Rui Capelão na sessão de ontem. Em discussão a emenda 1. Em votação. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. Emenda nº 1 ao Projeto de Resolução nº 3/2016 aprovada pela totalidade dos senhores vereadores presentes. Passamos pra segunda discussão do Projeto de Resolução 3/2016. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Rui Capelão. - Vereador Rui Capelão: Entendi que aqui no artigo 5º do capítulo IV, diz o seguinte: *Revelar conteúdo de debates ou deliberações que a Câmara ou comissão hajam resolvido que deva ficar sigiloso bem como revelar informações e documentos oficiais de caráter reservado de que tenha tido conhecimento na forma regimental.* Tenho a impressão de que, por se tratar de julgamento público, que não houvesse questões sigilosas. – Presidente: Todo processo é transparente, contudo, essa Casa muitas vezes, tem acesso a documentos sigilosos e não por desejo dessa Casa, mas inclusive por desejo do Poder Judiciário. É uma obrigação dessa Casa, uma prerrogativa dos vereadores e é imperativo ao vereador não poder revelar essas informações. Então, é uma das obrigações do vereador manter sigilo sobre o que é sigiloso, não há como não constar no Código de ética esse inciso. - Vereador Rui Capelão: Da forma que o senhor colocou, acho importante que seja esclarecido, mas que não seja sigiloso o fato em que trata a comissão no



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

momento de um caso que realmente tenha sido levado pra comissão de ética. Então, que a comissão e os fatos sejam todos públicos, com exceção de alguma questão externa ao caso. Muito obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Nei H. Haveroth. – Vereador Nei H. Haveroth: Em cima da questão, ouvi na imprensa ontem falar sobre o artigo 10º e eu verifiquei e não encontrei nele o que estava sendo citado. E havia dedicado uma atenção especial ao inciso 10º do capítulo IV, no seu artigo 5º e meu entendimento é contrário à opinião que o vereador Rui Capelão tem. No artigo 5º diz o seguinte: *consideram-se incompatíveis com a ética e decoro parlamentar, sujeitos às penalidades previstas neste código*. Temos diversos incisos que vão até o 29º que contemplam isso. E no 10º, exatamente, está que se foi definido por uma comissão, pelo Regimento Interno, que documentos sigilosos que existam dentro da Administração Pública, aquilo que pode ser colocado, é lógico que não existe documento sigiloso que não... no momento oportuno deverão ser levados a conhecimento público, mas dentro de um regramento e atendimento da legislação. Esse inciso 10º está correto, não tem nada de divergente daqui que é observação da lei, inclusive os documentos que são reservados e sigilosos mediante a própria regulamentação da legislação brasileira. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Rui Capelão: Uma coisa que em chamou atenção quando fala no conteúdo de debate. O debate sigiloso, acho que não deve existir, acho que deve ser sempre público. Então, essa palavra, acho que não deveria ser colocada. – Vereador Nei H. Haveroth: Vou ler então: *revelar conteúdo de debates ou deliberações que a Câmara ou comissão hajam resolvido que devam ficar sigilosos*. Então, se a comissão ou qualquer documento resolveu internamente que ele deva ficar sigiloso, não dá o direito de quem participa da comissão ou entendeu que era sigiloso, de sair divulgando esse documento sobre pena de irresponsabilidade sobre o próprio compromisso que ele fez. Acho que isso realmente fere o decoro parlamentar e preserva essa Casa de ações que no passado, talvez passou em branco sem observação da comissão de ética. Obrigado. – Presidente: Em segunda votação o Projeto de Resolução nº 3/2016. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. Projeto de Resolução nº 3/2016 aprovado com o voto contrário do vereador Paulo Porto e favorável dos demais vereadores. Então, aprovado em segunda votação o Projeto de Resolução nº 3/2016. Temos a Moção nº 4/2016 que expressa apoio e solidariedade às famílias acampadas no acampamento 1º de maio, Fazenda Castelo, no Distrito de Rio do Salto. Essa moção é de autoria dos vereadores Paulo Porto, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Professor Paulino, Celso Dal Molin, Cláudio Gaitero, Rui Capelão, Romulo Quintino, Fernando Winter, Nei H. Haveroth, Vanderlei Augusto da Silva, Walmir Severgnini e Jaime Vasatta. Em discussão a moção. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Nei H. Haveroth. – Vereador Nei H. Haveroth: Na sessão anterior, o vereador Paulo Porto trouxe o pessoal do assentamento 1º de maio e eu, conversando com o vereador Paulo Porto me sensibilizei com as famílias que estão lá, e se o estado foi omissivo em permitir que ocorresse essa ocupação, que hoje tome a medida mais ponderada, consensual e que leve dignidade às pessoas que



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

estão lá e que realmente estejam trabalhando na terra. Mas o fato de assinar essa Moção não diz que sou favorável a questão do movimento agrário que temos hoje. Sou a favor da reforma agrária que foi pregada na década de 70 pelo antigo MDB que questionava o governo militar e dizia que o problema do Brasil estava na falta de reforma agrária e na dívida externa. O governo civil tomou conta do Brasil e até hoje não deu resposta pra esses problemas. A forma que o movimento sem terra, que não tem nada de reforma agrária, tem mais como movimento de ocupação, eu acredito e quero crer que essas pessoas do acampamento 1º de maio não sejam as pessoas que vão tacar fogo em caminhão em BR porque se um dia eu souber que tiver alguma dessas pessoas lá, vou ficar frustrado de ter assinado essa Moção hoje porque não é esse tipo de reforma agrária que precisamos no país. Precisamos da reforma agrária, e o governo sabe muito mais que nós que deveria ter um cadastramento de todas as pessoas que são de origem da terra ou querem trabalhar na terra. Vejo uma ineficiência monstruosa, um governo federal que tem um INCRA, que tem um ministério da reforma agrária e não foi capaz, em 12 anos que o governo está no poder pregou a reforma agrária e transformou o movimento de reforma agrária num movimento de ocupação e de massa de manobra. Quero crer que a reforma agrária que nós queremos é a reforma agrária que se tiver que fazer, que o governo indenize as propriedades ou crie uma política de aquisição de terra com juros baixos ou até sem juros, mas faça com que as pessoas tenham acesso à terra e permaneçam nela trabalhando. Não é pegar a terra e depois vender pra os próprios fazendeiros que venderam as terras pra o estado. Não é colocando a terra nas mãos das pessoas e não fazendo com que elas produzam. Precisamos apoiar as pessoas que querem trabalhar na terra e que o governo faça de consensual com o proprietário que teve suas terras ocupadas e que indenize essas terras e repasse a quem quer trabalhar e que não possa vender de volta ou muitas vezes utilizado por proprietários que utilizam do movimento sem terra pra desmatar, depois vão arrendar pra plantar soja e não tem nada de cultura de subsistência. Temos que repensar, e a atitude deste vereador foi de apoiar, mas não é o modelo que esse governo tem que é a certa. Os Estados Unidos fez reforma agrária pra buscar seu desenvolvimento e o Brasil até hoje não foi capaz, mesmo com um governo que sempre defendeu a reforma agrária, mas preferiu, ao invés de fazer reforma agrária, criar movimentos pra dar sustentação política. Gostaria de pedir apoio a essa moção pra que o INCRA realmente cumpra com seu dever pra fazer a política agrária realmente existir no país. Assino com convicção essa moção porque entendo que essas famílias que querem trabalhar na terra, precisam do auxílio do Governo pra que realmente se dediquem à produção agrícola. Obrigado. – Presidente: Em votação a Moção nº 4/2016. Proceda votação nominal senhor primeiro secretário. (Foram contrários os vereadores: Luiz Frare, Luiz Amélio Burgarelli) (Foram favoráveis os vereadores: Rui Capelão, Paulo Porto, Nei H. Haveroth, Professor Paulino, Ganso sem limite, Jorge Menegatti, Pedro Martendal, Jorge Bocasanta, Robertinho Magalhães, Romulo Quintino, Celso Dal Molin, João Paulo de Lima, Walmir Severgnini, Aldonir Cabral, Cláudio Gaiteiro, Fernando Winter, Jaime Vasatta,



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Vanderlei Augusto da Silva) – Secretário: 18 votos favoráveis e 2 contrários. – Presidente: Com 18 votos favoráveis e 2 contrários, aprovada a Moção nº 4/2016. Temos 4 pedidos de dilação de prazo sobre os requerimentos 167 do vereador Paulo Porto, 170 do vereador Luiz Frare, 173 do vereador João Paulo de Lima e 181 da Comissão permanente de educação, cultura e desporto. Em votação os pedidos de dilação de prazo. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. Pedidos de dilação de prazo, aprovados pela totalidade dos senhores vereadores presentes. Temos os requerimentos. O 208 do vereador Jorge Menegatti, o 213 do vereador Fernando Winter, 215 do vereador Rui Capelão, o 216 do vereador Rui Capelão, 217 do vereador Jaime Vasatta, 218 do vereador Pedro Martendal, 219 da comissão de saúde, 220 dos vereadores João Paulo de Lima, Jaime Vasatta e Romulo Quintino, 221 do vereador Pedro Martendal, 222 do vereador Professor Paulino, 223 do vereador Professor Paulino e o 225 do vereador Pedro Martendal e Jorge Menegatti. Consulto aos senhores líderes se há consenso na deliberação dos requerimentos. – Vereador Celso Dal Molin: Peço destaque no 225. – Presidente: Pois não. - Vereador João Paulo de Lima: Peço destaque no 216. – Vereador Fernando Winter: 220. – Vereador Luiz Frare: 217. – Presidente: Então restaram os requerimentos 208, 213, 215, 218, 219, 221, 223. Em votação, os requerimentos 208, 213, 215, 218, 219, 221, 223. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. Requerimentos lidos, aprovados pela totalidade dos senhores vereadores presentes. Passamos para os requerimentos destacados. O primeiro é o 216 do vereador Rui Capelão que pede informações sobre a elaboração do projeto transposição da BR 277 ligando o bairro Cascavel Velho ao Pacaembu. Em discussão o requerimento. - Vereador João Paulo de Lima: Não passou nem 30 dias atrás, houve um requerimento nesta Casa com algumas informações da mesma circunstância aqui oferecidas pelo vereador Pedro Martendal, que vendo que tínhamos passado todas as informações pediu a retirada desse requerimento. O vereador Rui Capelão está pedindo a mesma situação do que já nos posicionamos há 30 dias, inclusive está gravado nos anais dessa Casa. E o Cascavel Velho não liga ao Pacaembu, só à região do Lago. Esse que o senhor está pedindo, quem sabe é o próximo, que estamos tentando que é o Cascavel Velho até a região do Lago. Essa transposição, esse viaduto que está sendo feito, é interligando o Pacaembu ao Veneza e Nova Itália. O senhor pedindo quanto custou a elaboração do projeto, ele foi doado pela concessionária Eco Cataratas como já foi passado aqui nesta Casa. A outra situação: se o município tem conhecimento de outro projeto, o projeto foi feito pela Eco Cataratas e a concessionária não vai arcar com nenhuma despesa. A empresa que ganhou a licitação é de Curitiba, mas dizer que o andamento está bom. Sábado os operários estavam lá, mesmo com chuva. Então, a esse requerimento, peço voto contrário porque senão daqui a pouco vão travar a obra com tanto requerimento porque não tem outra situação de pedir informações como já foi repassado nesta Casa. Se alguém tiver dúvida, estou aqui pra esclarecer, porque inclusive, quando o município de Cascavel veio fazer a prestação de contas eu ouvi



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

atentamente todos falando sobre esse viaduto. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Rui Capelão. - Vereador Rui Capelão: O vereador João Paulo de Lima lamentavelmente se preocupa quando se pede alguma coisa da região dele. Por se falar em Cascavel Velho é na região do Cascavel Velho, Presidente, onde vamos ter o viaduto. Não estou entendendo a preocupação do vereador João Paulo de Lima em fazer uma série de colocações contrárias, parece que ele até tem negócios na obra pra fazer essas colocações contrárias. Precisa ter respeito ao que os outros estão pedindo. Podem até votar contrário, mas querer fazer uma crítica eminente de um outro requerimento que já foi apresentado e foi retirado, nem sei ao que se referia o requerimento do vereador Pedro Martendal. Fiz o requerimento porque tenho 2 projetos do viaduto e queria saber porquê. Então, fiz o requerimento sabendo o que estava fazendo. Então é nesse sentido que estou fazendo essa solicitação e acredito que não trarão nenhum custo pra o município as informações que vai prestar neste sentido. Se trouxesse custo, o vereador João Paulo de Lima deveria estar defendendo os gastos da informação, mas acho que o requerimento não foi pedido a ele responder e sim à Secretaria de planejamento. Acho que a questão aqui tem sentido, espero que os senhores vereadores entendam que estou cumprindo com meu dever e não estou entrando em nenhuma área que possa ferir os sentimentos do vereador João Paulo de Lima. Então, peço voto favorável. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Cláudio Gaitero. (-Um aparte) – Vereador Cláudio Gaitero: Pois não. – Vereador João Paulo de Lima: O senhor fala que não tem custo. Vejo que qualquer requerimento vai ter custo de papel e tudo mais. Sabemos a dificuldade, muitas vezes, de deixar uma Secretaria de planejamento que não consegue nem atender os projetos necessários pra que seja deliberado, o senhor falar que não tem custo. Claro que tem. Eu defendo o viaduto e seja o que for, porque visito a obra, estou aqui pra fiscalizar e por isso disse que se o senhor precisar, eu já tenho todas as informações e não estou pedindo pra que o senhor não faça, mas não só eu como outros vereadores já solicitamos essas informações, pra que fique mais fácil, inclusive podemos entregar a V. Excelência. Se o senhor quiser mais informações, a Plenária é soberana, se quiserem votar pra gastar papel se já temos essas informações, então fique à vontade cada um dos senhores vereadores. Obrigado. – Vereador Cláudio Gaitero: Com relação a esse requerimento concordo com o vereador João Paulo de Lima em função de que já foi discutido nas sessões anteriores a respeito dessas informações. O município não teve custo nenhum, a rodovia das Cataratas doou esse projeto ao município, podemos fazer solicitação, mas não vamos fazer toda hora a mesma solicitação pra o mesmo assunto porque realmente são muitos requerimentos e sabemos que têm setores ali que estão limitados quanto a funcionários. Então, peço voto contrário em função de que já existem essas informações. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Rui Capelão: Andei analisando essa questão e um órgão de imprensa me pediu que levantasse essas questões. Vou repassar ao órgão de imprensa que o requerimento não passou, então não reclamem de mim se houver crítica. Não estou brincando nesta Casa, falo sério. Convido a votarem favoráveis, mas se não votarem



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

vou tomar as medidas que devo tomar e informar a esse órgão de imprensa que foi me negado informação. – Vereador Cláudio Gaiteiro: Sugiro que V. Excelência fale pra sua assessoria que consta nos anais dessa Casa todas essas informações, então não há necessidade de passar pra imprensa uma informação errada, pode passar a correta. (- Um aparte) Pois não. – Vereador Luiz Frare: Sugiro ao vereador Rui Capelão que na próxima audiência pública, compareça e ouça as explicações que a pessoa que vem aqui apresentar os números e as justificativas, ela possa responder com propriedade e de pronto. O senhor não esteve aqui na audiência pública. O item A, por exemplo, quanto custou? Já foi respondido, inclusive está na ata da audiência pública realizada no final do mês de maio. Todos os itens foram respondidos. Dentre as respostas... quanto custou ao erário? Nada. O projeto foi apresentado e doado pela Rodovia das Cataratas. O item 2: O município tem conhecimento de outro projeto? Tem. Porque o projeto original era 1 via, foi alterado pra 2. Qual o fator que justifica a existência dos 2 projetos na obra? Justamente uma reivindicação da comunidade no sentido de que o fluxo de pessoas, veículos... de lá pra cá é maior do que a volta, a vinda é concentrada. A concessionária do pedágio tem ou terá participação do custo da obra em andamento? Não. Ela não entra com 1 real. O viaduto está sendo financiado pelo BID e com contrapartida do município. Está respondido e está na ata. Se o senhor quiser... para o órgão de imprensa que solicitou, pegue a ata da audiência pública. Obrigado. – Vereador Cláudio Gaiteiro: Então, como o vereador Luiz Frare já explicou, estão todas respondidas as perguntas, não há necessidade de nós ficarmos aprovando requerimento que já existe resposta. Então peço voto contrário. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Jorge Bocasanta. – Vereador Jorge Bocasanta: O que o Rui Capelão pede, muitas vezes, o povo do Cascavel Velho também não sabe. Essas obras do PDI, foram no GAECO essa semana pra explicar tantos aditivos. Uma coisa no mínimo suspeita porque quando o GAECO vai investigar é porque tem alguma coisinha. (-Um aparte) Pois não. – Vereador João Paulo de Lima: Não é nada contra o requerimento do nobre vereador Rui Capelão, não sei por que ele altera quando nós nos posicionamos. Houve uma audiência pública aqui, era só ter vindo. “Não pude vir, tinha outros compromissos.” Está gravado, simplesmente isso. E se tiver irregularidades tem que ir lá e fazer o que tem que ser feito, fiscalizar. Uma coisa é pedir aqui novamente as informações, inclusive o vereador Pedro Martendal em sessões passadas foi sensível e viu que as informações eram claras. Apenas citar o vereador Rui Capelão, que não somos contra o seu requerimento e é direito dele verificar. Com todo respeito à imprensa de Cascavel, toda imprensa estava na audiência pública, então se alguém tiver alguma situação que ainda não sabe sobre as obras do PDI, principalmente o viaduto... por isso falo que a melhor obra do PDI é o viaduto da região sul, então com todo respeito a melhor obra que está sendo executada vejo neste PDI, vereador Jorge Bocasanta e o senhor sabe quantas famílias perderam seus entes queridos, quantos acidentes. Então, só vejo uma situação, se tiver dúvida pergunte aos vereadores aqui. Estou à disposição pra qualquer esclarecimento, inclusive, tenho documentos que comprovam. Só acho que se tem na Casa, pra quê



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

buscar a mesma informação. Obrigado. – Vereador Jorge Bocasanta: Na realidade, lá até padre já morreu. Trabalhei lá, é um perigo a passagem do lado de cá pra parte de lá da BR. Vejo ali na 467 tantos viadutos e ali do outro lado poderia ter mais viadutos até lá embaixo. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Rui Capelão: Uma das questões importantes aí é sabermos quem está fazendo o viaduto, se é com o dinheiro de Cascavel, porque ali é a Rodovia das Cataratas, eles não têm obrigação de fazer esses viadutos também? Acho que tem também obrigação de fazer esses viadutos. Quero que o prefeito me diga por escrito porque é com o dinheiro público, dinheiro que poderia estar sendo investido em escolas talvez, e está deixando que a rodovia não faça o que é da obrigação dela e estão ganhando muito dinheiro pra isso. Acho que as informações têm que ser bem claras. Temos que fazer as coisas claras, precisamos de informação oficial. Obrigado. – Vereador Jorge Bocasanta: Esses pedágios são muito caros, mas vou votar favorável. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Luiz Frare. – Vereador Luiz Frare: O senhor quer saber se alguma empresa está construindo, também foi dito aqui qual empresa ganhou a concorrência pública, está na ata. Também me reportar ao vereador Pedro Martendal que fez o requerimento, mas esteve na audiência pública, como ouviu o que precisava que estava no requerimento, ele teve a sensibilidade de retirar o requerimento. – Presidente: Passamos pra votação do requerimento 216. Proceda votação nominal senhor primeiro secretário. (Foram contrários os vereadores: Nei H. Haveroth, Robertinho Magalhães, Romulo Quintino, João Paulo de Lima, Walmir Severgnini, Aldonir Cabral, Cláudio Gaitero, Jaime Vasatta, Luiz Frare, Luiz Amélio Burgarelli) (Foram favoráveis os vereadores: Rui Capelão, Ganso sem limite, Jorge Menegatti, Professor Paulino, Fernando Winter, Vanderlei Augusto da Silva, Pedro Martendal, Celso Dal Molin, Jorge Bocasanta, Paulo Porto) – Secretário: 10 votos favoráveis e 10 contrários. Presidente, o senhor tem o voto de minerva. – Presidente: Pra justificar meu voto eu vou alertá-los mais uma vez. O requerimento é peça importante nesta Casa e tem que ser usado com prudência. Acho que há um excesso nos requerimentos. Se essa informação já foi objeto de deliberação nesta Casa, não há necessidade de fazermos mais um requerimento, por isso meu voto é contrário. – Secretário: Com 10 votos favoráveis e 11 contrários, requerimento 216 rejeitado. – Presidente: Passamos pra discussão do requerimento 217 do Jaime Vasatta que requer providências por parte da Copel Telecon no que se refere à disponibilização de internet de fibra óptica (Copel Fibra) no município de Cascavel. Em discussão o requerimento. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Luiz Frare. – Vereador Luiz Frare: Fiquei na dúvida quanto à destinação desse requerimento porque a diz que requer providências por parte da Copel Telecon no que se refere à disponibilização de internet de fibra óptica no município de Cascavel. Então, gostaria de ouvir do autor do requerimento um esclarecimento sobre o requerimento. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Jaime Vasatta. – Vereador Jaime Vasatta: Me chamou atenção sobre essa questão de investimento de fibra em nosso estado do Paraná em relação aos investimentos que estão sendo feitos em alguns municípios através da Copel, que está



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

fazendo diversos investimentos nessa questão da fibra em diversos municípios do oeste, inclusive municípios de menor porte que o nosso. Me chama atenção é que ouvi da imprensa da cidade que em Cascavel existe uma concorrência muito grande em relação a esse tipo de serviço. E essa informação veio de um representante da Copel. Esse meu pedido é pra que ela possa explicar, por que Cascavel? Temos em Cascavel diversas representações políticas em nível de estado, e isso me chamou atenção. É um assunto que interessa a todos os vereadores. Então, a razão desse pedido de informação é isso. Acho que Cascavel merece uma atenção especial em relação a esse tipo de serviço por parte da Copel. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Jorge Bocasanta: A Copel fez um sistema de fibra ótica em todo Paraná. É uma internet que vende e entrega os valores que vende. Essa colocação sua... acho que deve ter uma coisa estranha porque se a fibra ótica é de uma empresa paranaense pública, se está instalando em Marechal, Toledo e não aqui, alguém está com interesse que ela não venha a se instalar aqui. Então vou votar favorável. – Vereador Jaime Vasatta: Cascavel merece uma atenção até pra melhorar a qualidade da nossa internet e fazer com que as coisas aconteçam. Afinal, nosso município é importante na região e precisamos ter esse serviço de qualidade. Peço voto favorável. Obrigado. – Presidente: Em votação, o requerimento 217. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. Requerimento 217 aprovado pela totalidade dos senhores vereadores presentes. Passamos para o requerimento 220 do vereador João Paulo de Lima, Jaime Vasatta e Romulo Quintino que requer informações a Secretaria de saúde solicitando informações a respeito dos serviços prestados pela Casa de apoio Paraná, na forma que especifica. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Fernando Winter. – Vereador Fernando Winter: Fiquei em dúvida com este requerimento 220, a Casa de apoio Paraná deve ser em Curitiba e o interesse de alguns vereadores de fazer esse requerimento... talvez de pessoas que vão fazer tratamento de saúde em Curitiba, obviamente acho que é este o pedido de informação. Gostaria que os autores explicassem melhor. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Jaime Vasatta. – Vereador Jaime Vasatta: Este requerimento é importantíssimo porque essas pessoas vão buscar tratamento atendimento à saúde em Curitiba. São tratamentos especiais onde esses recursos mais avançados, só tem lá. São pacientes que vão com alguém da família para ser tratada em Curitiba. Essa Casa de apoio é através de uma licitação que a Secretaria de saúde do município de Cascavel coloca sempre em disputa pública. A preocupação da gente, claro que ainda não está existindo o atendimento por parte dessa outra Casa de apoio que ganhou a licitação, mas existem algumas preocupações sim. Estive conhecendo a Casa de apoio que estava atendendo até há pouco. Uma Casa de apoio com atendimento muito bom e a preocupação é que antigamente já existia um convênio com a Secretaria de saúde e o atendimento pelas informações de pacientes que usavam a Casa de apoio, o atendimento não seria adequado. Conheço essa antiga casa de apoio que dava atendimento, uma casa muito boa. Num primeiro momento vamos esperar que as pessoas comecem a usar essa nova casa de apoio, e ouvindo reclamações, vamos



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

com certeza pedir informações sobre algum mau atendimento a essas pessoas. (-Um aparte) Pois não. – Vereador João Paulo de Lima: É a nossa preocupação, inclusive fomos a Curitiba pra verificar a situação dessas pessoas que usam o TFD que são aquelas pessoas doentes que vão fazer tratamento em Curitiba e que estavam ficando numa casa chamada Ideal que estava adaptada a pessoas que necessitavam. Agora, quem ganhou a licitação foi Casa Paraná e, infelizmente a situação é precária nessa Casa e há muitas pessoas que vão até lá e reclamam do mau atendimento. Mesmo sendo igualada a licitação e essa Casa ter ganhado, vale a pena um requerimento a Secretaria de saúde se foi inspecionada essa Casa pra dar o tratamento às pessoas que saem de Cascavel pra um atendimento médico. Se não foi, ainda há tempo de romper o contrato, porque pelo que vejo não há hipótese nenhuma, não podemos deixar as pessoas que já estão doentes, ficarem mais doentes. Obrigado. – Vereador Jaime Vasatta: Vamos aguardar, acredito que alguns técnicos da Secretaria de saúde foram lá fazer vistoria antes de sair o edital de licitação verificar as casas que estão participando das licitações. Na hora de participar da licitação é tudo mil maravilhas, vamos ver a sequência, o tratamento oferecido às pessoas que precisam de um atendimento público de saúde nessa casa que participou e ganhou a licitação. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Jorge Bocasanta. – Vereador Jorge Bocasanta: Aqui em Cascavel é um centro de referência de medicina. Sempre sou um batalhador pra termos o hospital municipal nosso ou pagamento melhor dos hospitais que prestam serviço ao SUS. Com esse requerimento, estou vendo que estamos dando uma casa de segunda categoria ao povo que vai pra Curitiba. Se esse requerimento fosse porque assim pra Secretaria de saúde, pra saber por que encaminham tanta gente pra operar hérnia, amígdala em Curitiba, por que não contrata pra operar aqui em Cascavel... É um requerimento que vai falar de uma Casa que não está atendendo bem. Mas, a gente vai operar hérnia em Campo Largo, sai daqui, muitas vezes, morre no caminho, agora estamos desconfiando que a casa é de segunda qualidade. Nossa saúde tem que melhorar bastante porque os locais que não têm tratamento aqui em Cascavel têm até local pra os pacientes ficarem. Não sei em Curitiba, mas São Paulo tem. Nós em Cascavel somos tipo Tupanci, aqueles municípios que não têm médico nenhum e o prefeito faz convênio com uma casa em Londrina, Curitiba ou aqui em Cascavel pra fazer o atendimento. Deveríamos fazer um requerimento pra Secretaria de saúde pra saber por que estão mandando tanta gente pra Curitiba, por que não contratamos? Faz 20 anos que não aumenta o SUS, então vamos diminuir dinheiro num lugar e vamos fazer uma contrapartida. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Cláudio Gaitero: Se V. Excelência fizer esse requerimento posso até assinar, vamos ver o que esse pessoal vai fazer em Curitiba. Concordo com V. Excelência. – Vereador Jorge Bocasanta: Então vou votar favorável, mas com tristeza porque vamos mandar pra Curitiba o que não tem aqui, o que tem aqui, vamos ver, acertar um preço melhor e vamos resolver aqui porque, muitas vezes, sai mais caro levar pra Curitiba do que fazer uma contratação aqui. – Presidente: Em votação o requerimento 220. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão, os contrários



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

que se manifestem. Requerimento 220 aprovado pela totalidade dos senhores vereadores presentes. Passamos para o requerimento 225 que requer a convocação do secretário municipal de assuntos jurídicos Sr. Rodrigo Tesser, para prestar esclarecimentos acerca do loteamento Curitiba. Requerimento de autoria dos vereadores Pedro Martendal e Jorge Menegatti. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Celso Dal Molin. – Vereador Celso Dal Molin: Pedi destaque para os autores esclarecerem e para aprovarmos uma Moção onde estamos defendendo as famílias do acampamento 1º de maio e defendendo as famílias. Se defendermos essas famílias também temos que defender as famílias do loteamento Curitiba. Tem que haver uma solução pra essa situação. O senhor Rodrigo é do jurídico e vai vir com documentação pra fazer a defesa do Executivo. Para os autores do requerimento, talvez seria melhor convocar o prefeito porque além de ter muitas promessas de 3 mandatos sobre os moradores, também existem situações a serem resolvidas. Qual o objetivo de convocar o jurídico? E que possamos decidir isso porque as famílias ali não podem ser prejudicadas. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Jorge Menegatti: A decisão de convocar o advogado da Prefeitura é porque quem cuida dos processos da Prefeitura é o departamento jurídico. O prefeito, sabemos das promessas que ele fez... nem pode convocar o prefeito. Acho que o caminho é o jurídico porque tem documentação e tem que vir explicar. Temos um prazo pra levantar a documentação que os moradores têm pra que a gente possa se posicionar melhor, mas precisamos primeiro que o jurídico se manifeste. Obrigado. – Vereador Celso Dal Molin: Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Pedro Martendal. – Vereador Pedro Martendal: Temos deliberado várias matérias nesta Casa, importantes, mas essa matéria se reveste de uma questão social. Nós temos famílias que lá residem há 30, 40 anos. Os filhos nasceram lá. Além da questão econômica, tem uma história de vida. Vários prefeitos passaram e esse assunto tem sido postergado. Talvez seja por culpa do governador, do prefeito, mas temos que resolver. Uma família que está lá há décadas, comprou, como eles têm documentos, eles têm a posse mansa, pacífica, não são invasores, compraram, pagaram e agora estão na eminência de serem despejados por uma ordem judicial. Quem? Evidentemente que o judiciário só se movimenta se for provocado. Então, houve uma provocação ao judiciário e ele acabou por expedir esse mandato de despejo e eles vão ter que sair de suas casas. E esse direito está na Constituição no capítulo VI, está lá que são direitos sociais: educação, saúde e moradia. Além do mais não são invasores, compraram, tem documentos que provam. Esse é o motivo que nós juntamente com o vereador Jorge Menegatti após ter sido convidado pra uma reunião lá junto com os moradores, nos preocupou a situação, inclusive pessoas já idosas estão com dificuldade pra alimentação, com insônia, tomando medicamentos, já com uma série de problemas, com depressão. Amanhã, estarão sobrecarregando ainda mais o sistema de saúde. Então precisamos olhar com carinho. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Jaime Vasatta: Isso é de tirar o sono de qualquer família, afinal é uma vida que vocês têm lá. Antes da sessão alguém mostrou os documentos que vocês têm em nome de vocês. Mas não vamos aqui falar que o



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

estado é culpado, o município... Acho que essa Casa tem interesse de buscar uma solução. Sou favorável ao pedido de informação. – Vereador Pedro Martendal: Vereador Luiz Amélio Burgarelli pediu um aparte. - Vereador Luiz Amélio Burgarelli: Lembrando que infelizmente nosso município não tem só os problemas do loteamento Curitiba, parte do São Cristóvão, que é um dos bairros mais antigos, também não tem documentação. O Romulo Quintino está convocando pra região norte também, Abelha, Jesuítas, onde as pessoas não têm loteamento, não pode se trabalhar em cima disso. Estamos caminhando pra regularização, mas estamos muito longe. Falta talvez até um pouco de boa vontade. E alerta a vocês. Cuidado com os loteamentos que estão embargados porque você compra e na hora de aprovar projeto, de negociar, na hora de outras melhorias você não tem esse direito. E na falta sua, piora ainda mais. Mas essa Casa, acho que o Jorge Menegatti vai falar sobre isso, já deu resposta a comunidade, pena que não foi ouvido. – Vereador Pedro Martendal: A vinda do procurador jurídico da Prefeitura vai clarear um pouco mais pra nós pra que essa Casa tome decisões mais firmes pra que esse assunto de décadas, finalmente seja resolvido. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Jorge Menegatti. – Vereador Jorge Menegatti: Sabemos do problema social que está causando isso, mas quero alertar sobre a lei 3258/2001 que autoriza o Poder Executivo municipal a transferir lotes urbanos e dá outras providências. Essa lei está em vigor. Quero aqui solicitar o apoio jurídico do nosso procurador dessa Casa pra que nos auxilie pra colocar isso em discussão na Casa, que se tem uma lei que não foi revogada, por que ela não foi cumprida até o momento? Deixo a pergunta a todos os vereadores e principalmente ao presidente da Casa pra que a gente possa responder à população e principalmente aos senhores do loteamento Curitiba por que essa lei não foi cumprida. Sabemos que tem o problema judicial lá, tem que ser resolvido pra ninguém ser retirado dessa Casa. Mas essa Casa aqui tem o dever de responder à sociedade do por que se criam leis e não são cumpridas. Podia falar aqui meia hora, mas de ia adiantar? Se nós temos uma lei, vou deixar aqui com o presidente pra que ela seja cumprida, não foi revogada. Está aqui a lei, vou passar pra o presidente da Casa. Essa Casa pode sim tomar partido do assunto se eles foram notificados pela Justiça, mas existe uma lei municipal anterior À notificação que precisa ser cumprida. É isso que peço senhor presidente e continuamos à disposição da comunidade pra tentar resolver um problema que se arrasta há 10, 20, 30 anos, não só neste loteamento, nos outros também. De repente falta vontade política pra resolver. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Rui Capelão. - Vereador Rui Capelão: Em 2002 eu era da base do prefeito e quis tentar resolver o problema do Abelha que é até hoje um caso dos piores que temos na cidade, e o prefeito é o mesmo que estava aí, e ele não quis resolver o problema do Abelha, está lá o problema até hoje. Vendeu um monte de lotes que eram do município, delapidou. Agora que não tem mais pra vender, ele quer tomar de quem tem? Isso não dá pra admitir que aconteça ou pra tentar resolver um problema de uma empresa que foi pra lá e já tentaram acertar e ele não concordou em acertar, porque o governo passado esteve acertando toda essa questão, entrou o novo prefeito ele



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

acabou com tudo, fez voltar à estaca zero. Hoje estão querendo despejar as famílias talvez pra manter lá uma empresa que já tem despejo também determinado pela justiça. Temos que defender o povo, política vem de povo e temos que defender o povo, nós fazemos política aqui nesta Casa. Temos que levantar essas bandeiras em defesa dessas famílias. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Fernando Winter. – Vereador Fernando Winter: É lamentável que esteja acontecendo essas coisas na cidade, vamos ter que tirar muitos moradores, não só do centro como vários bairros como Abelha, Araucária que estão morando lá sem documento nenhum. Temos que fazer alguma coisa por esses moradores, como foi falado pelo vereador Pedro Martendal, não são invasores, compraram com contratos, construíram suas moradias e agora vão morar onde? (-Um aparte) Pois não. – Vereador Vanderlei Augusto da Silva: Espero que esse caso seja resolvido antes das eleições porque faz muitos anos, de quando eu era criança e o problema vem se arrastando. Vai lá tira foto, promete, espero que outros não vão lá este ano tirar foto porque a população está cansada disso. Vou propor aqui aos senhores vereadores que como aprovamos uma moção em favor dos sem terra, vamos aprovar uma moção em favor desse povo aqui também. Lá tinha a escola Grátis Tibola que hoje está tomada pelo mato, passei lá, está um capoeirão. Além dos problemas que se arrastam ao longo dos anos, criado lá pelo Aníbal Cury que tanto incomodou esse estado, mas graças a Deus já morreu, porque esse era um Ali babá do Paraná e deixou a herança maldita pra esse povo aqui. Hoje temos um problema no antigo Gládis Tibola que está tomado pelo mato que além do problema do mato tem o problema da insegurança porque nada foi feito neste período. Proponho que a gente possa encaminhar essa moção em relação aos moradores do loteamento Curitiba. Obrigado. – Vereador Fernando Winter: Então pedir também ao líder do governo, vereador Cláudio Gaitero, você que tem um bom acesso ao prefeito Edgar Bueno que a gente possa se sensibilizar com essa situação, e que todos possamos fazer essa moção de apoio. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Pedro Martendal: Essa moção já está em elaboração e fico feliz da lembrança do Vanderlei Augusto da Silva porque já é mais um que podemos contar com assinatura, evidentemente que vamos passar em todos os gabinetes e colher assinatura dos 21 vereadores nessa moção de apoio que enviaremos para o prefeito, governo do estado e também pra o Judiciário. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Professor Paulino: Imagina mexer numa casa onde a pessoa já está há muitos anos. Quero também aproveitar pra falar da audiência pública de regularização juntamente com a Comissão de viação obras públicas que teremos amanhã dia 22 a partir das 19:00 no salão Tarumã da região norte onde estaremos lá tratando do loteamento Araucária, Abelha, Jesuítas, Mantovani e Melissa. São milhares de pessoas com problema de regulamentação. Com relação ao loteamento Curitiba, a gente percebe que o prefeito está pagando caro por não ter feito isso. Sabemos que tem pedido do Ministério Público pra que o prefeito deixe a Prefeitura pra que outros resolvam. – Vereador Fernando Winter: Não vamos olhar o lado político. Vamos lutar por essas famílias que já estão nessa situação há tantos anos. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra,



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

vereador Romulo Quintino. - Vereador Romulo Quintino: Entendemos a seriedade dessa questão e o tema principal é a preocupação... é só cada um de nós nos colocarmos no lugar de quem está correndo risco com sua família. É um assunto muito prático e que nos dá a noção da seriedade do assunto quando falamos do abrigo da nossa família, como é o caso de vocês. Se houve equívoco na hora da compra, pode ter havido, mas foi comprado, pago, vocês residem lá há muito tempo. É um tema de extrema responsabilidade dessa Casa, do Poder Executivo, das famílias e ganhou um grau de seriedade ainda maior quando existe o envolvimento do próprio Ministério Público solicitando essa reintegração, essa situação adversa que estamos vivendo. Ouvi muito falar aqui e isso é de uma responsabilidade tão grande que tenho que falar pra vocês. Foi falado aqui sobre o que foi prometido em campanha eleitoral e isso é sério, mas estamos entrando num período eleitoral, então me causa dúvida se alguém não está aproveitando da boa fé dos senhores pra ressuscitar essa questão também e isso é muito sério. E não podemos vender ilusões. De ilusões eles já compraram, já passou tanto tempo e até agora nada. Então, não podemos continuar nessa linha de venda de ilusão. As famílias não podem mais continuar sendo enganadas. Nós somos parceiros nessa luta de vocês, mas alguns temas precisam ser tratados de frente. É uma autorizatória, ela autoriza o Poder Executivo a fazer, não obriga. Essa é a lei mencionada aqui. Então, o Poder Executivo pode fazer ou não pode, então é quase que uma engambelação, enganação que foi feita em 2001, está autorizando, quer dizer, faz se quiser. As famílias não podem continuar reféns do período eleitoral. Senhor presidente, o senhor tem tratado temas como esses com muita responsabilidade e dito o que tem que ser dito na hora certa, no momento certo. Precisamos formatar uma comissão daqui pra buscar o Executivo, trazer o Ministério Público pra essa discussão, trazer um representante do estado porque muitas famílias estão em cima de terrenos do estado, e fazer uma acareação, fazer um debate com todas as partes e parar com essa enganação. Então esse é o encaminhamento que quero deixar a V. Excelência no sentido da gente formatar uma comissão pra gente trazer a esse debate o Ministério Público, o Poder Executivo, o governo do estado, deputados e vereadores. Fora disso, eu falo com muito carinho porque me coloco no lugar de vocês, tenho filho pequeno. Então isso tem que ser resolvido um pouco antes, infelizmente veio à baila infelizmente mais uma vez no período eleitoral, mas a forma de tratar é trazendo as partes interessadas e parar de patinar no seco, estão patinando na poeira e estão produzindo só discurso. Essas pessoas não precisam mais de discurso, disso estão cheias. Deixo esse encaminhamento e vamos adiante. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Cláudio Gaitero. – Vereador Cláudio Gaitero: Este é um assunto pertinente. Um assunto que está muito debatido neste momento na cidade de Cascavel, fui procurado por alguns empresários pra tratar alguns assuntos que realmente estão se arrastando há muito tempo. Vereador Romulo Quintino foi muito feliz em sua fala, fico também pensando nessa linha que ele falou, na seriedade de tratarmos esse assunto. Com certeza votarei favorável porque acho que o caminho é esse, é formarmos uma comissão, estamos plenamente de acordo, vamos



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

fazer uma ligação com o Executivo pra sabermos realmente a atual situação. Fico imaginando a angústia dessas famílias que moram ali há 40, 50 anos. Sou totalmente favorável a este requerimento e digo aos senhores que estamos aqui com toda boa vontade pra resolver esse assunto. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Jorge Menegatti: Só pra esclarecer, eu não procurei os moradores pra tentar resolver o assunto, eu fui procurado e o vereador Pedro Martendal também. Portanto, não estamos fazendo politicagem, e aproveito pra agradecer aos vereadores que vão entrar nessa luta que não é minha, nem do Pedro Martendal, é do povo, fico feliz ouvindo que quase todos os vereadores falaram e estamos juntos nessa luta com os senhores. Obrigado. – Vereador Cláudio Gaitero: Obrigado. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Nei H. Haveroth: Tive o conhecimento desse problema via imprensa, mas já conhecia esse enrolo que é o loteamento Curitiba já devido ao que o vereador Vanderlei Augusto da Silva citou. Parabenizar os vereadores pelo enfrentamento a essa causa que acho que é de todos nós porque acompanhamos diversas regularizações aí. Mas vejo que no requerimento haveria de ter tido a necessidade de solicitarmos ao secretário que trouxesse todo o processo que talvez não constou no requerimento ou numa outra oportunidade ou conversar paralelamente a ele pra que traga todo esse processo ou se algum vereador tem todo esse processo pra que nós também conheçamos a peça desse processo, a formatação que tramitou na Justiça e porque chegou a esse ponto. E quero fazer das palavras do vereador Romulo Quintino as minhas sobre essa questão do empenho dessa Casa na busca e apoio aos vereadores que fizeram esse requerimento e toda essa Casa e buscar uma solução juridicamente possível sem falsas promessas às pessoas porque não estamos aqui pra brincar com um tema tão sério como a moradia de vocês. Declaro apoio a esse requerimento e ao que pudermos fazer nessa Casa para que ninguém saia perdendo. – Vereador Cláudio Gaitero: Formando essa comissão com certeza quem sabe no dia em que o secretário estiver aqui já tenhamos algum documento em mãos, uma comissão formada pra encaminharmos esse assunto. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Jorge Bocasanta. – Vereador Jorge Bocasanta: Vou ser favorável ao requerimento, mas tenho aqui que loteamentos públicos não têm usucapião. Então vocês que estão aí no dia a dia, separem quem tem Casa e estão morando daqueles que querem usar pra meio comercial. Fiz na época das outras “invasões” pra que as pessoas que morassem naquelas moradias pagassem uma parcela comparativa com seu rendimento. Engana-se quem fala pra eles que não vão ter que pagar. Não vai ter nenhum prefeito que vai fazer doação. Cada um é uma coisa. Se sou um aposentado que ganha um salário mínimo, vamos lutar pra fazer um pequeno pagamento diferente de um outro que está lá pra fazer exploração comercial. O prefeito não pode dar uma coisa que é pública. Quando das outras invasões que foram postos quase 70 lotes pra vender, fiz uma lei, não passou na Câmara, pra fazer uma proporção baseado no seu rendimento pra pagar o seu lote. Aí falam: não é invasão. Foi comprado. Mas se comprou de alguém que não tem documento e essa área pertence ao Estado ou Município, foram enganados, infelizmente. Então, temos que diferenciar o grande do



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

pequeno e o pequeno fazer algumas condições num preço razoável pra que se adquira definitivamente e termine essa confusão. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Pedro Martendal: Não se fala em usucapião porque eles não invadiram, eles compraram. Eles têm documentos, contratos, temos que fazer um trabalho pra que esses documentos sejam reconhecidos. São documentos de 30 anos atrás. Eles entraram de boa fé, tem uma posse mansa, pacífica, nunca sofreram qualquer pedido pra desocupação. Eles têm que ter um tratamento diferenciado porque são proprietários. Obrigado. – Vereador Jorge Bocasanta: Podem ser proprietários que compraram de picaretas. Quando vem o Ministério Público pedindo desocupação ele está baseado em alguma coisa. Na minha opinião, cada um que está vivendo ali e comprou enganado, tem que se diferenciar do grande proprietário, senão o despejo vai ser pareio e aí vamos ter que defender aquele que tem um lote, uma casa e está vivendo daquela moradia. Isso que temos que lutar e defender. O resto, se for no mesmo enrosco, aí vão ser todos despejados. Acho que no Abelha é diferente daqui. Lá está o cara com a casinha em cima e tal. Vocês têm que ser igual abelha, defender sua casa, não vão entrar numa de defender os grandes proprietários de terra aqui de Cascavel que vamos perder. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Rui Capelão: Se a pessoa mora há mais de 40 anos naquela área e passou por tantos prefeitos, como hoje o prefeito pode dizer que é dono, o Município pode dizer que é dono? Não tem sentido. Por isso as coisas têm que ser corretas, dando direito a quem tem direito. – Vereador Jorge Bocasanta: Acredito nisso, mas entre acreditar entre o que é legal e não moral, temos que ficar com o moral. Com certeza eles são os donos de fato, mas de papel não são. Tem que se distanciar dos grandes proprietários e cada um defender o seu jeito e fazer um acordo, pagar 2, 3 mil, não sei, e legalizar e acabar com essa pendência. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Paulo Porto. - Vereador Paulo Porto: Queria parabenizar vocês por estarem se mobilizando e aconselhar: sigam mobilizados. Vocês sigam mobilizados e venham a essa Casa no dia que o assessor jurídico vier, porque a única saída de vocês são vocês seguirem mobilizados tencionando o Poder Executivo, Legislativo e Judiciário. E deixar claro que a mesma solidariedade que essa Casa prestou ao 1º de maio tem que prestar a vocês também. Obviamente, que bom que o Jorge Menegatti e o Pedro Martendal... vocês já estão bem assessorados nesta Casa, já estão com a moção em dia, porque ela será aprovada por unanimidade. Não é possível o prefeito falar como ouvi na imprensa ele falar ontem que não pode fazer mais nada. Ele teve 12 anos, se tem um culpado passa por ele. E vocês estão lá a praticamente 50 anos. Que se resolva e que a saída não seja outra a não ser o reconhecimento de vocês nessa área, não há outra saída possível. E a mesma solidariedade que essa Casa teve com os agricultores terá, tenho certeza, em relação a vocês que são no meu entendimento os legítimos donos. Não só pelo tempo, mas por uma questão social. E essa Casa tem o dever de se posicionar e chamar as favas o Executivo. O Executivo tem que se posicionar também e não é lavando as mãos. Teve 12 anos. Talvez tenha sido o dirigente, o chefe do Poder Municipal com mais tempo pra se resolver. Não se pode admitir a fala que houve ontem na imprensa de que não é



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

problema meu, os vereadores estão se metendo onde não deviam, foi o que ouvi. Isso não pode ser admitido. A única maneira de se resolver isso é pela pressão. Sigam mobilizados, nos pressionem, pressionem essa Casa, o Executivo, porque a saída partirá da mobilização de vocês. E lei não é feita por Deus e sim por homens. Que se discuta, legalmente tem que haver um jeito de que vocês não sejam prejudicados. Se alguém fez bobagem, vocês não podem ser penalizados por isso. Essa tem que ser a posição dessa Casa. Sigam mobilizados e voltem aqui quando o assessor jurídico estiver usando a fala nesta tribuna. E queria parabenizar os vereadores Jorge Menegatti e Pedro Martendal. Obrigado. – Presidente: Só quero reforçar, essa Casa obviamente não vai se furtar de enfrentar essa questão em solidariedade às famílias. Nós, ao longo desses 3 anos e meio, em muitas questões semelhantes também tivemos uma atuação e essa Casa como a Casa representativa da população de Cascavel obviamente já dá o primeiro passo. Quero parabenizar os autores do requerimento, isso sim é um requerimento que tem valor e importância. É o começo dessa conversa, vamos ouvir o procurador jurídico, quais as alegações jurídicas pra questão e obviamente que essa questão terá desdobramento. Reforçar o convite a todos vocês que estejam presentes, que acompanhem e mais uma vez reforçar meus cumprimentos aos autores do projeto. Não é um problema fácil de resolver, se fosse já estaria resolvido. Proceda votação nominal, do requerimento 225 senhor primeiro secretário. (Não houve voto contrário) (Foram favoráveis os vereadores: Luiz Amélio Burgarelli, Rui Capelão, Paulo Porto, Luiz Frare, Nei H. Haveroth, Professor Paulino, Ganso sem limite, Jorge Menegatti, Pedro Martendal, Jorge Bocasanta, Robertinho Magalhães, Romulo Quintino, Celso Dal Molin, João Paulo de Lima, Walmir Severgnini, Aldonir Cabral, Cláudio Gaitero, Fernando Winter, Jaime Vasatta, Vanderlei Augusto da Silva) – Secretário: 20 votos favoráveis e nenhum contrário. – Presidente: Com 20 votos favoráveis fica aprovado o requerimento 225. Finda que está a matéria da ordem do dia deixo a palavra livre aos senhores vereadores para pronunciamento de interesse público. A primeira inscrição é do vereador Luiz Frare. – Vereador Jorge Menegatti: Questão de ordem. Gostaria de retirar meu pedido. – Vereador Pedro Martendal: Também gostaria de retirar minha inscrição. – Presidente: Retire-se as inscrições do vereador Jorge Menegatti e Pedro Martendal. **GRANDE EXPEDIENTE:** – Vereador Luiz Frare: Quero fazer apenas um comentário sobre uma recuperação judicial da empresa de telefonia Oi, no valor de 65 bilhões de reais. Não tenho dúvida do que além do que a imprensa noticia ser a maior recuperação judicial da história do Brasil e que foi facilitada lá atrás pela compra da Brasil Telecon através de uma lei ou de um subterfúgio permitindo essa investigação, não tenho dúvida de que os bancos públicos têm a maior fatia nessa recuperação judicial. Bancos públicos que, via de regra, financiam inclusive o déficit público do Brasil. Quem vai pagar essa conta? A população brasileira. A conta vai pra o povo brasileiro que tem conta nesses bancos através das altas taxas de juros que os banqueiros colocam em seus empréstimos porque quanto maior a inadimplência o banco busca recuperar através da cobrança de taxas mais elevadas, o prejuízo que têm levado nesses casos. E essa conta, dito inclusive por uma comentarista da Globo



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

News, vai pra conta do PT porque facilitou e entregou na mão de uma empresa uma outra empresa concorrente sem ter a mínima condição pra isso. E voltando aqui, há um tempo fiz 2 requerimentos. Um pra Secretaria de saúde outro pra Secretaria de educação, solicitando que me dessem uma posição dos convênios possíveis tanto de uma como de outra. Isso porque a Confederação nacional dos municípios estampa em seus jornais a seguinte manchete: atrasos em repasses para os municípios refletem em caos pra saúde. Outra manchete: a união não complementa o pagamento do piso nacional do magistério. Um dos requerimentos me foi respondido, outro me pediram um prazo pra responder. Gostaria de solicitar à técnica que colocasse uma planilha dos repasses em atraso. Esses repasses são do Fundo nacional da saúde pra o município de Cascavel. E me deparo aqui com atrasos de até 5 meses em alguns repasses, entre eles, atenção domiciliar PAID, 5 meses, 750 mil. O outro de 5 meses também ao PAID de 30 mil. Qualquer orçamento familiar ou qualquer dívida de 100 reais, se você tiver 100 credores na sua porta pra cobrar 100 reais, mas pra 1 credor você deve 90 e pra os outros você deve 10, pague os 10 que são pequenos e deixe o último grande pra renegociar. Um convênio de 6 mil reais por mês com atraso de 5 meses. Depois temos o SAMU, isso é valor de abril, 711 mil reais. Depois temos aqui 4917 reais. É uma questão de gestão pública, financeira que se pague pelo menos os pequenos convênios e a saúde pública do Brasil, especificamente de Cascavel tão cobrada, tão criticada e tanto se investindo em cima dela ainda falta recurso do Governo Federal. Tenho dito às pessoas que têm conversado com a gente, preocupas com a situação econômica financeira do Brasil de hoje e digo o seguinte: é preferível às vezes viver na ignorância do que saber algumas coisas que você não gostaria de saber. Porque a cada momento, cada passo e não quero fazer menção a este ou aquele partido, a verdade é que o Brasil está numa situação caótica e que muito provavelmente nos próximos 3, 4, 5 anos nós não tenhamos a retomada do crescimento necessária pra recuperar os 10 milhões de empregos que foram pedidos nos últimos 10 anos. A última ação que uma inflação começa a ter sentido é na demissão de funcionários e a última a se recuperar é na admissão desses funcionários. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Romulo Quintino: Sua fala é uma verdadeira aula e a gente fica assustado. Estava lendo uma reportagem ontem, nós temos um rombo de 50 bilhões de reais que foi encaminhado para os amigos do governo que passou e aí pegamos a falta de 9 bilhões na saúde, 12 bilhões na educação e outras mais sem falar no time A ou B até porque esse governo que iniciou agora e que tem dificuldades e já cometeu deslizes e naturalmente pelo processo da administração pública, os erros são prováveis, mas quero lhe parabenizar pela exposição dos números, pela importância do conhecimento dessas situações e de fato torcer pra que haja mais sobriedade do governo em todas as instâncias porque quem está sofrendo é o povo, o desempregado. – Vereador Luiz Frare: Os fundos de pensão do Brasil têm um rombo de 55 bilhões de reais, dos 10 maiores fundos do Brasil, 9 têm um rombo de 90% desse valor, mas esses 9 fundos e estatais, recentemente, há 2 meses, o fundo da Caixa econômica convidou seus funcionários pra contribuir de 2 a 4% a mais por mês durante 17 anos pra cobrir o



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

rombo. Isso já vem sendo com o fundo dos funcionários do Banresul e daqui a pouco vem da Petrobrás, outras estatais porque a exemplo do nosso fundo aqui, o IPMC de Cascavel que está com um rompo que está sendo aportado pelo município, lá estão apelando também para os funcionários. Obrigado. – Presidente: Com a palavra vereador João Paulo de Lima. - Vereador João Paulo de Lima: Abro mão da palavra. – Presidente: Com a palavra vereador Celso Dal Molin. – Vereador Celso Dal Molin: O que me traz à tribuna é pra falar sobre os buracos da cidade. Além de um prejuízo sério à população. Na Avenida Papagaios está virada em buracos, os caminhões batem nesses buracos, treme-se o chão, e uma casa do lado está trincando todo gesso dessa casa. Fiz um requerimento solicitando que fossem tapados esses buracos e até agora nada. Na Rua das Perdizes também tem um imenso buraco que quando um ônibus passa, cai nesse buraco, e está trincando o muro da casa e a própria casa. Também fiz requerimento solicitando depois pra tapar esse buraco e não aconteceu. Agora até as casas estão sendo atingidas por falta da Secretaria de obras ir até este local e tapar esses buracos. Então, fica meu apelo que a Secretaria de obras tome providências ali na Avenida dos Papagaios, Rua das Perdizes e também ruas próximas ao Muffato, no Consolata que não têm mais condições de andar devido aos buracos na pista. Obrigado. – Presidente: Com a palavra vereador Paulo Porto. - Vereador Paulo Porto: Novamente venho à Tribuna falar do desrespeito crônico da Semed com a rede municipal. Semana passada, visitei o Cemei Aprisco, que há 9 anos funciona nas dependências de uma igreja Presbiteriana a partir de um contrato firmado com a Semed. A demanda não era falta de servidores, nem problemas na estrutura física, nem ausência de material didático, mas o silêncio da Semed a respeito de uma demanda urgente dessa comunidade escolar. Acontece que a igreja detentora da área solicitou à Prefeitura a devolução do espaço física onde funciona o Cemei há 9 anos. Segundo o contrato, após solicitação do locatário, o Cemei teria 9 meses pra sair do local. Imediatamente o conselho escolar enviou ofício pra Semed comunicando a solicitação da igreja. E desde então, há 40 dias, apesar das tentativas da direção em falar com a Semed, sequer o ofício foi respondido. Vamos lei o ofício: *Conforme reunião realizada, informamos que esse conselho pede posicionamento imediato sobre o destino deste Cemei, visto que a comunidade escolar está preocupada com a nova localização e quando isso se dará.* Novamente mais do mesmo. A principal demanda dessa comunidade não é estrutura física, nem servidores, era uma resposta que apontasse uma saída pra manutenção dessa comunidade escolar. Esse é o desejo dos pais, alunos e servidores. Alguns podem imaginar que é um exagero, pois faz apenas 40 dias, ou seja, está se cobrando demais da secretaria. Vale lembrar os casos semelhantes a esse, como a Gládis Tibola e Escola Leonardo Chevinski. Na Gládis Tibola todos se lembram que apesar das inúmeras tratativas e compromisso do Executivo com o conselho escolar, eles ficaram sabendo que o local onde a escola seria erguida, seria construída uma delegacia. E a escola Leonardo Chevinski, após 2 anos de silêncio e 10 ofícios não respondidos, foi somente depois de um requerimento deste vereador que o Executivo informou a comunidade de que o Cemei não existiria



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

mais. Não permitamos que essa história se repita. Não permitamos que esse desrespeito, descaso que é quase um *modus operandi*, se perpetue no caso do Cemei Aprisco. Aguardaremos até segunda-feira pra que a Semed entre em contato com essa escola e responda esse ofício, afinal já faz mais de 40 dias, tempo mais que suficiente. Isso não acontecendo, vamos protocolar um requerimento exigindo a resposta. Entendemos que é prazo suficiente 40 dias e não foi respondido. Fica nossa expectativa de que seja qual for a resposta, ela seja no sentido de manter a manutenção da integridade pedagógica desse Cemei. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Celso Dal Molin: Até no governo do Lísias Tomé foram feitas parcerias onde igrejas que tinham espaços que durante o dia não ocupavam, cediam espaço para as creches. Elas cederiam o espaço, a prefeitura colocaria o material e usaria o espaço. Esse projeto era pra ser grande, houve 3 parcerias no governo do Lísias Tomé, depois, neste governo não houve mais incentivo, e é uma parceria excelente porque a igreja tem a estrutura que não é usada durante o dia e ela fornece essa estrutura e bem fácil que é, só colocar os móveis, os profissionais e tocar o Cemei. - Vereador Paulo Porto: Obrigado. O problema neste caso é porque, por direito legítimo a igreja, após 9 anos, quer o espaço de volta. Se o Executivo não respeita um ofício da rede municipal com certeza irá respeitar um requerimento aprovado por essa Casa de leis. Fica nosso apelo que o prefeito olhe com muito carinho pras crianças do Cemei Aprisco. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Romulo Quintino: Esse assunto é de extrema importância e quero reconhecer o seu esforço em levantar essa situação. Estava falando com o presidente Gugu Bueno e é uma pauta que anda muito ao encontro de uma das principais necessidades que temos hoje. Parabéns pelo assunto. - Vereador Paulo Porto: Que se tome uma providência imediata e que o chefe do Executivo se posicione. O que não pode acontecer é a perpetuação desse descaso mais uma vez da Semed em relação às demandas legítimas da rede municipal. – Presidente: Com a palavra vereador Professor Paulino. - Vereador Professor Paulino: Hoje na imprensa, vimos a notícia que uma criança se machucou numa área de recreação. Muito triste, a área de recreação de nossas crianças a maioria dos Cemeis não tem, muito antigos. Um corte que essas crianças possam terreno, com certeza terá graves consequências levando em consideração a ferrugem e tudo mais. Mas, acabamos de aprovar o requerimento 223 que requer a nossa secretária Inês de Paula, posicionamento em relação à patrulha Maria da Penha. Em nossa cidade não temos notícia na imprensa de violência contra mulheres, pelo menos na imprensa não temos ouvido, mas temos visto situações lamentáveis que têm acontecido em vários locais do país. Então, temos essa preocupação, levando em consideração o pedido de muitas mulheres que têm nos pedido: se acontecer uma situação de emergência, quem eu chamo? Aonde ligo? Quem me atende? Temos a delegacia da mulher, mas a partir daí pra onde ela vai? Quem protege as mulheres quando fazem a denúncia? Dificilmente temos patrulhas especializadas pra dar proteção a essas mulheres. Então, estamos solicitando essas informações porque é importante que a sociedade toda saiba o que fazer numa situação de violência, emergência, a quem nossas mulheres de Cascavel podem



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

recorrer. Sabemos que há muito silêncio nessas situações levando em consideração que a maioria das delegacias são tocadas por homens. Onde nós temos a patrulha Maria da Penha, temos um bom atendimento às mulheres. Isso porque a guarda municipal na nossa cidade não está constituída ainda. Vai passar o governo atual e não vai ser instituída a Guarda Municipal, principalmente nos postos de saúde onde vemos médicos sendo atacados. Semana passada foi aprovada gratificação aos médicos, mas eles não estão faltando por falta de dinheiro, mas de segurança. Embora todos gostem de ser reconhecidos pelo seu trabalho financeiramente, mas as informações que recebemos é de que o grande problema dos médicos nas unidades de saúde é que eles estão intranquilos pra desenvolver seu trabalho por falta de segurança. Vimos cenas na imprensa de um médico em luta contra uma pessoa doente. Certamente doente, quem vai numa unidade de saúde pra se indispor fisicamente contra um médico? – Presidente: Com a palavra vereador Cláudio Gaitero. – Vereador Cláudio Gaitero: Só pra lembrar ao Professor Paulino que um dos motivos que a Guarda Municipal armada não foi instalada em Cascavel é porque um dos sindicatos, que acho que V. Excelência faz parte, entrou com uma ação e o município de Cascavel ficou impedido de fazer o concurso. Aquela ação está causando problema nos postos de saúde que não têm segurança hoje em Cascavel. E pra reforçar um convite do presidente, na sexta-feira temos a sessão solene onde será feita a entrega de título de cidadão honorário ao Dr. Sérgio Kreus onde será aqui nesta Casa de leis às 19:30 horas. – Presidente: Não havendo mais nenhuma inscrição para o interesse público, encerro a presente sessão. O presidente encerrou a presente sessão ordinária às dezessete horas e trinta e seis minutos. E nada mais havendo a tratar e a constar, foi transcrita por mim, Ivanilza Moreira Rocha, a presente ata, que depois de lida e aprovada será devidamente assinada pelo Secretário e pelo Presidente que dirigiu os trabalhos nesta Sessão da Câmara Municipal de Cascavel.

**GUGU BUENO**

Presidente

**ROMULO QUINTINO**

Secretário